

Energia e clima no debate global¹

Clarissa Lins²

Nas últimas semanas, tive a oportunidade de participar de conferências em Bruxelas e Londres sobre energia e clima, no âmbito de eventos na Comissão Europeia, Agência Internacional de Energia (IEA), Chatham House e Cebri, além de múltiplas iniciativas durante a London Climate Action Week. Compartilho abaixo algumas das principais mensagens que me marcaram.

Em primeiro lugar, a pauta energética continua no centro das discussões sobre mudança do clima. As emissões de CO₂ por uso de energia respondem por 85% do total, de acordo com a IEA, em grande medida em função do perfil da matriz energética global. O petróleo continua sendo a fonte energética individual predominante, respondendo por 34% da energia primária produzida em 2024.

Dados recentes divulgados pelo Energy Institute, da Inglaterra, mostram ainda que, embora as fontes renováveis – notadamente solar e eólica – apresentem as maiores taxas de crescimento (16% no último ano), o sistema energético global permanece ancorado em fontes fósseis. Adicionalmente, tendo em vista o aumento generalizado de demanda por energia, todas as fontes primárias – óleo, gás, carvão, renováveis, hidrelétricas e nuclear – exibiram níveis recordes de produção em 2024. Em consequência, as emissões por uso de energia em 2024 também foram recordes, atingindo 41GtCO₂e (+1% vs 2023).

A China é o país que melhor ilustra os paradoxos das transformações em curso, sendo aquele que mais adiciona carvão à sua matriz elétrica ao passo em que domina os investimentos em geração renovável, além de baterias e demais sistemas de armazenamento. A Índia, por sua vez, mantém-se como ávido consumidor de carvão, energético essencial na geração de eletricidade, algo que também se verifica na região Ásia-Pacífico que responde por 83% do consumo global de carvão.

De todas as tendências mapeadas, a crescente eletrificação – nos transportes, na indústria, no aquecimento ou refrigeração dos lares – talvez seja a de maior influência global. Com efeito, nos últimos 10 anos, o consumo global de eletricidade cresceu cerca de 2,6% ao ano, ou duas vezes mais do que a demanda total por energia. Portanto, entender de que forma cada país ou região pretende alimentar esse crescimento, inclusive para atender à demanda de data centers, é crucial para monitorar o alinhamento às ambições climáticas.

Em segundo lugar, além de energética, a transformação em curso é econômica. O desenvolvimento de uma economia de baixo carbono apresenta novas oportunidades de negócios, gera empregos, ajuda a melhorar a

¹ Artigo publicado em Valor Econômico. Disponível em:

<https://valor.globo.com/opiniao/coluna/energia-e-clima-no-debate-global.ghtml> Acessado em 07.07.2025

² Economista e sócia fundadora da Catavento Consultoria

qualidade do ar nas cidades, dentre outros. Com base em um tom positivo, o relatório mais recente da Energy Transitions Commission (ETC) enfatiza o papel da inovação tecnológica como base para uma economia descarbonizada e sustentada em fontes renováveis.

A redução de custos (cerca de 50% nos últimos dois anos) em determinadas tecnologias – como geração solar fotovoltaica e baterias – as torna cada vez mais competitivas com as alternativas fósseis, reforçando o papel da eletrificação lastreada em fontes renováveis. Adicionalmente, veículos elétricos fabricados na China estão próximos de apresentarem um custo total de propriedade inferior às opções a combustão interna.

Baseando-se em exemplos como estes, Lord Adair Turner, chair da ETC, reforçou sua convicção de que regiões com elevada competitividade em geração de energia renovável, como o Brasil, têm a capacidade de atrair recursos para a descarbonização de indústrias energo-intensivas. Isto poderia sedimentar um novo ciclo de investimentos, desde que acompanhados de um ambiente regulatório previsível e favorável à valorização de produtos de baixo carbono, também conhecido como green premium.

Desta forma, a agenda de clima e energia influencia de maneira crescente tanto a estratégia de competitividade industrial dos países, quanto fluxos de comércio internacional, na medida em que a intensidade de carbono dos produtos passa a ser critério de diferenciação.

Em terceiro lugar, há espaço para uma nova diplomacia do clima, acolhendo novos atores e arranjos. A anunciada saída dos Estados Unidos do Acordo de Paris precipita um rearranjo das forças políticas tradicionais, ao passo em que também abre espaço para formatos inovadores.

Neste contexto, espera-se que a China e a União Europeia sejam protagonistas da ambição climática, mostrando ao mundo que países emergentes e desenvolvidos podem trabalhar em cooperação. Fala-se inclusive da evolução do conceito de “coalizão de vontades” para a “coalizão da ação”. Tal movimento seria acolhido pelo Brasil e sua convicção de que o multilateralismo ainda é a melhor forma de manter a sociedade global unida na mesma direção, ainda que tensões comerciais e geopolíticas sejam barreiras à maior cooperação.

Por outro lado, a urgência de novas soluções na economia de baixo carbono abre espaço para a formação de parcerias em torno de cadeias de valor, como a de minerais críticos. Sendo considerados elementos essenciais na transição energética, mas também na segurança nacional e alimentar, tais minerais adquirem dimensão supranacional e representam oportunidades de colaboração entre setores público e privado de diferentes países e regiões.

Por fim, mas não menos importante, a COP30 é uma oportunidade única de restabelecer elos de confiança em um contexto de polarização crescente. Sendo o Brasil considerado uma democracia afeta ao diálogo, o conceito do “mutirão” proposto pela Presidência da COP30 foi muito bem recebido por diversos atores na London Climate Action Week. Entende-se que há um chamamento à ação coletiva, mas também à responsabilidade de cada um de nós em contribuir para avanços concretos.

Neste sentido, a quarta carta do embaixador André Corrêa do Lago, ancorada na Agenda de Ação da COP30 como elemento central da implementação dos compromissos assumidos, legitima a atuação do setor privado, da academia, das cidades e da sociedade civil.

Sabemos que estamos na direção certa e alguns dos elementos acima ilustram isso, mas ainda há muito a fazer, tanto do lado da oferta quanto da demanda

por energia. O senso de urgência se impõe à medida que o custo dos eventos climáticos cresce.